

Como a dívida pública influi no cotidiano

As discussões em torno de dívida pública, déficit orçamentário e problemas dos estados e municípios estão mais próximas dos consumidores do que aparentam. Boa parte da diferença de 3% que o aplicador recebe do banco e os 16% que paga quando usa o cheque especial, cartão de crédito ou faz um financiamento está por trás desses motivos que pautam conversas entre economistas.

Para tapar esses ralos, o governo criou compulsórios para diminuir a quantidade de dinheiro em circulação, o que levou os bancos a aumentarem as taxas dos empréstimos. Na prática, os bancos têm que ganhar em uma operação que receberiam quando tinham recursos para fazer duas.

O diretor do Banco Morada, Odílio Figueiredo Neto, que na semana passada iniciou suas operações na área de crédito pessoal diz que a largada para uma queda mais forte nas taxas de juros do crédito está na liberação de mais dinheiro para a economia.

"Isto diminuiria o custo das operações para os bancos. Além disso, aumentaria a procura por CDBs e os bancos reduziriam as taxas pagas para os investidores. Esses fatores teriam impacto direto nos juros dos empréstimos", diz o executivo. Ele acrescenta que o efeito cascata desse processo seria uma redução de juros e dos níveis de inadimplência.